



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

29/01/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Ações de menor indenização superam pedidos mais caros após nova CLT

As alterações da lei trabalhista aprovadas na gestão Michel Temer (MDB) mudaram o foco dos processos na Justiça e levaram as ações de valores menores a superar os pedidos mais caros. Com o risco de arcarem com custos em caso de derrota, os trabalhadores têm reduzido o número de reclamações em busca de assertividade.

Um ano após a reforma, em vigor desde novembro de 2017, o número de ações no chamado rito sumaríssimo –para pedidos entre 2 e 40 salários mínimos (R\$ 39.920) – chegou a 800 mil.

O volume representa uma alta de 23% em relação às 652 mil ações dos 12 meses anterior à nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os dados são do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Enquanto isso, as ações no rito ordinário (acima de 40 mínimos) despencaram 63%, de 1,9 milhão para 721 mil. Na avaliação de especialistas, agora recorrem à Justiça trabalhadores que têm certeza de suas reivindicações.

A nova lei determinou que, em caso de derrota, o trabalhador deve arcar com os honorários de sucumbência do advogado da outra parte (5% a 15% do valor pedido pelo empregado), bem como com as custas processuais (2%).

“Os pedidos estão muito mais comedidos. As pessoas estão tomando cuidado com relação ao que vão pedir e buscam ter mais certeza”, diz Henrique Melo, sócio do Nogueira Haret e Melo Advogados.

Melo observa que o rito sumaríssimo existe há muitos anos no processo do trabalho, mas não era comum. Apesar de oferecer vantagens –tramitação mais acelerada, por exemplo–, o modelo tem limitações, como um máximo de duas testemunhas. No processo ordinário, são permitidas até três.

“No rito sumaríssimo, também é mais difícil que recursos cheguem ao TST. Muitos advogados optavam, assim, pelo rito ordinário em busca de maior garantia do contraditório”, diz Luiz Marcelo Góis, do BMA Advogados.

O modelo sumaríssimo exigia ainda que os pedidos fossem, no jargão jurídico, líquidos, ou seja, que já apresentem de início os cálculos certos de cada valor pedido, explica Melo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/01/2019

## Servidores articulam no Congresso lobby contra reforma da Previdência

Servidores públicos retomaram as articulações para defender interesses próprios nas negociações da reforma da Previdência. Mesmo sem o governo ter apresentado a proposta, entidades do setor querem procurar o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), deputado de primeiro mandato e consultor legislativo concursado.

O lobby do funcionalismo é um dos mais atuantes no Congresso. “É o mais poderoso, 90% dos pedidos de audiência que recebi eram de servidores: Judiciário, Executivo, delegados, Receita Federal”, diz o relator da proposta de reforma da Previdência do governo Temer, deputado Arthur Maia (DEM-BA).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 28/01/2019

## Bolsonaro dificulta acesso a auxílios do INSS para quem volta à Previdência

O presidente Jair Bolsonaro dificultou o acesso a vários benefícios previdenciários (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e auxílio-reclusão) para quem, após um período de informalidade, voltar a contribuir ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Uma batalha semelhante foi travada pelo ex-presidente Michel Temer com o Congresso, que, em 2017, suavizou a proposta.

Com a crise econômica, a parcela de trabalhadores informais no país bateu recorde e chegou a aproximadamente 43%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Artigo incluído pela equipe econômica de Bolsonaro na medida provisória (MP) do pente-fino do INSS endureceu regras para quem, depois de uma pausa de até 36 meses, voltar a contribuir para a Previdência Social.

Desde a publicação da MP, na sexta (18), esses trabalhadores precisam cumprir novamente toda a carência (exigência mínima de contribuições) para que possam receber o benefício pago a quem está temporariamente incapaz de trabalhar, quem se afasta por causa do nascimento de um filho ou quem está preso e tem valor destinado à família.

A carência desses benefícios varia de 10 a 24 meses. Com a medida de Bolsonaro, que passará pelo crivo do Congresso, esse período tem que ser atingido mesmo que o segurado já tenha cumprido o requisito há alguns anos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/01/2019

## Novo golpe no WhatsApp usa o PIS

Há mais um golpe pelo WhatsApp na praça. Desta vez, a isca é o pagamento do 7º lote PIS. Os estelionatários estão enviando mensagens com links falsos para suposta verificação se há dinheiro a receber ou não. Pelo menos 280 mil acessos foram detectados nos últimos dias pelo *dfndr lab (sic)*, laboratório da PSafe, empresa especializada em segurança na internet. Ao clicar no link, a pessoa é dirigida a outra página, na qual há um texto informando que a Caixa paga R\$ 1.223,20 de o PIS pra quem trabalhou entre 2005 e 2018.

Fonte: Jornal A Tribuna – 29/01/2019

## Trabalhador será menos beneficiado

A classe trabalhadora não será um dos setores mais beneficiados durante o governo de Jair Bolsonaro (PSL), na visão da maior parte dos brasileiros. Levantamento do Datafolha mostra que 11% da população acha que eles serão os mais privilegiados nos próximos anos. Os políticos aparecem à frente -21% dos brasileiros esperam ver o setor como o mais beneficiado. Em seguida, vem a indústria, com 18%. Bancos e agricultores figuram com 13% e 12%, respectivamente. Tecnicamente, estão empatados com os trabalhadores, já que a margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. A perspectiva para os segmentos de serviços (9%) e de comércio (8%) foi ainda mais pessimista. A pesquisa foi realizada nos dias 18 e 19 de dezembro em 130 municípios. As promessas de campanha de Bolsonaro incluíam medidas impopulares entre os trabalhadores, como a intensificação da reforma trabalhista –com a chamada “carteira verde e amarela”, que teria menos diretos. Para defensores da flexibilização das regras, essa seria uma forma de aumentar o número de vagas. Entre os eleitores que declararam voto no atual presidente, a porcentagem dos que acham que trabalhadores serão os mais privilegiados ficou acima da média, em 17%. No caso dos que votaram no petista Fernando Haddad, que perdeu o segundo turno para Bolsonaro, foi de 3%.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/01/2019